



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639242 - SP (2021/0005943-0)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : ERIVELTO DINIZ CORVINO
ADVOGADO : ERIVELTO DINIZ CORVINO - SP229802
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : IGOR AUGUSTO FIGUEIREDO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de IGOR AUGUSTO FIGUEIREDO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado de Execução Penal n. 0014285-40.2020.8.26.0602).

O Juízo singular indeferiu a progressão ao regime semiaberto por ausência do requisito objetivo.

O impetrante sustenta que foram preenchidos os requisitos legais para a obtenção da benesse, afirmando que as condenações sem trânsito em julgado não podem integrar o cálculo de pena para progressão.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja afastado o óbice de natureza objetiva, determinando que o Juízo da execução analise a possibilidade de concessão da progressão de regime.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente